

## **Mercantilização e privatização da educação básica pública**

*Marcos Vinícius Pereira RIBEIRO<sup>1</sup>*  
*Leandro TURMENA<sup>2</sup>*

### **RESUMO**

O artigo objetiva problematizar sobre o envolvimento de grupos educacionais de capital aberto que atuam na educação básica pública. Metodologicamente a pesquisa se estrutura de forma bibliográfica e documental. Tal iniciativa é estimulada por políticas desenvolvidas pelos organismos multilaterais, dentre eles, o Banco Mundial, sob o discurso de melhoria e modernização da educação. No entanto, tal prática visa exprimir e flexibilizar a atuação do Estado, propondo ferramentas pedagógicas (privadas) como forma de sanar os problemas da educação, por meio da venda de materiais didáticos, apostilas, sistemas de ensino, materiais de avaliação, dentre outros. Portanto, o avanço do capital financeirizado no setor educacional aponta para a mercantilização da educação, por meio, também, da privatização, por dentro, da educação básica pública.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capital financeiro. Educação pública. Grupos educacionais. Mercantilização. Sistemas privados de ensino.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação. Professor da Rede Estadual de Educação do Estado do Paraná. <https://orcid.org/0000-0002-1660-332X>. E-mail: [vini.ribeiro8294@gmail.com](mailto:vini.ribeiro8294@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Educação. Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus Dois Vizinhos. <https://orcid.org/0000-0001-7771-3613>. E-mail: [leandroturmena@utfpr.edu.br](mailto:leandroturmena@utfpr.edu.br)

## **Commodification and privatization of public basic education**

*Marcos Vinícius Pereira RIBEIRO*  
*Leandro TURMENA*

### **ABSTRACT**

The article aims to discuss the involvement of publicly held educational groups that operate in public basic education. Methodologically, the research is structured in a bibliographic and documentary manner. This initiative is encouraged by policies developed by multilateral organizations, including the World Bank, under the discourse of improving and modernizing education. However, this practice aims to express and make the State's actions more flexible, proposing (private) pedagogical tools as a way of solving education problems, through the sale of teaching materials, handouts, teaching systems, assessment materials, among others. Therefore, the advance of financialized capital in the educational sector points to the commodification of education, also through the privatization, from within, of public basic education.

**KEYWORDS:** Financial capital. Public education. Educational groups. Commodification. Private education systems.

# **Mercantilização y privatización de la educación básica pública**

*Marcos Vinícius Pereira RIBEIRO*  
*Leandro TURMENA*

## **RESUMEN**

El artículo pretende problematizar la participación de los grupos educativos públicos que actúan en la educación básica pública. Metodológicamente la investigación se estructura de manera bibliográfica y documental. Esta iniciativa está alentada por las políticas desarrolladas por organismos multilaterales, incluido el Banco Mundial, bajo el discurso de mejorar y modernizar la educación. Sin embargo, esta práctica pretende expresar y flexibilizar la acción del Estado, proponiendo herramientas pedagógicas (privadas) como forma de solución de los problemas de la educación, a través de la venta de materiales didácticos, apuntes, sistemas de enseñanza, materiales de evaluación, entre otros. Por lo tanto, el avance del capital financiarizado en el sector educativo apunta a la mercantilización de la educación, también a través de la privatización, desde dentro, de la educación básica pública.

**PALABRAS CLAVE:** Capital financiero. Enseñanza pública. Grupos educativos. Mercantilización. Sistemas educativos privados.

## Introdução

Considerando que o capital financeiro está presente em toda a estrutura da sociedade e que grupos educacionais têm ofertado Sistemas Privados de Ensino (SPE), materiais didáticos, dentre outros produtos, para a educação pública, bem como a atuação na implementação de reformas que impactam o currículo e os processos avaliativos, surge a inquietação de investigar a mercantilização da educação básica pública brasileira, na intenção de apontar como este processo acontece e qual a influência destes grupos educacionais na consolidação de políticas educacionais de cunho neoliberal, ocorrendo, portanto, um processo de privatização, por dentro, da educação básica pública.

O termo privatização “por dentro” se refere na forma sutil e gradual de privatização, em que o Estado continua formalmente responsável pelo serviço educacional, mas repassa sua gestão, financiamento ou execução para as instituições privadas. Isto é, é uma forma de desestatização indireta, na qual o setor privado penetra e domina espaços públicos sem a necessidade de um ato formal de privatização, o que pode ter implicações para o acesso, a qualidade e a universalidade dos serviços públicos (Ball; Youdell, 2007).

Em sua forma atual, financeirizado, o capital centraliza sua atuação nos processos de circulação dos capitais industrial, bancário e comercial (Fontenelli, 2020). A financeirização promove a centralização, a interligação e a unificação do capital, que adentra constantemente em setores até então não explorados, constituindo-se em novas esferas de acumulação, como é o caso da educação.

A força de trabalho, no modo de produção capitalista, é subordinada às exigências de mercado, no que diz respeito à preparação profissional. O capital financeirizado busca também, além de expandir a acumulação e formar um tipo de trabalhador que atenda tecnicamente às necessidades do capital, também formar, política e ideologicamente, no que se refere às concepções de sociedade e relações sociais.

Deitos (2010) explica, que a política educacional pode ser entendida como parte gerada da política social, definida diretamente pelo Estado como meio teórico-ideológico e socioeconômico. Isto implica em dizer que as políticas educacionais são criadas a partir de uma concepção ideológica provinda do modo de gestão ou interesse do Estado. Para o autor, o Estado não pode ser compreendido distante de seu contexto econômico-social e ideológico e de sua própria constituição contraditória e permanente. Para o autor, “sua grandiosidade institucional não significa uma absoluta autonomia. A medida de sua autonomia está diretamente ligada com o processo de produção e de organização social que lhe dá vida e estrutura legal, política e militar” (Deitos, 2010, p. 209-210).

No Brasil, ao longo dos anos ocorreram reformas nas estruturas educacionais, como por exemplo as Reformas Capanema (Leis Orgânicas do Ensino) e as modificações nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). É evidente que a implementação de reformas e emendas constitucionais em um sistema educacional são previamente ditadas de acordo com os interesses dos governantes (Saviani, 1998).

A exemplo disto, as reformulações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao mesmo tempo que sensibiliza a comunidade educacional ao tratar sobre igualdade, qualidade e desenvolver habilidades por meio de situações concretas de ensino, evidencia-se a adoção do ideário neoliberal, que concentra o interesse de desempenho individual e do capital (Lima, 2021), atualmente financeirizado.

Neste ensejo, a presente pesquisa se justifica pela necessidade de analisar o avanço dos grupos educacionais de capital aberto na educação básica, o que tem maximizado o processo de mercantilização da educação e, ocasionado, especificamente como temática desta pesquisa, na privatização, por dentro, da educação básica pública, que se dá por meio da venda de produtos educacionais, bem como, na definição, junto ao Estado. Justifica-se, também, pelo interesse em apresentar um estudo científico, comprometido com a verdade, em relação à temática de investigação, pois o processo de privatização da educação básica pública, guiado por políticas neoliberais, caminha a passos largos, o que tem impactado no bem público que é a educação.

A pesquisa destaca que as políticas neoliberais têm alargado a mercantilização e processo de empresariamento da educação, que acontece de forma minuciosa, haja vista que a ideologia liberal abraça diversas formas de desregulação do Estado, tendo como característica central “[...]abrir cada vez mais espaço dentro da escola aos interesses e aos financiamentos privados, tanto de empresas como de indivíduos” (Laval, 2019, p. 127).

Desta forma, o trabalho identifica o capital financeiro na educação básica brasileira, frente à presença de grupos econômicos do setor educacional, de modo a entendermos seu desenvolvimento no setor privado e seus caminhos no setor público. Especificamente apresentar nove grupos educacionais de capital aberto (Afya Participações S.A.; Ânima Holding S.A.; Arco Educação S.A.; Bahema Educação S.A.; Cruzeiro do Sul; Kroton Educacional S.A. - também conhecida como Cogna; Ser Educacional S.A.; Vasta Platform Limited e Yduqs Participações S.A.), que atuam também na educação básica, com a venda produtos educacionais para a rede pública de ensino, tal como observar a influência dos organismos multilaterais, no processo de mercantilização da educação.

Assim, metodologicamente esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, tendo em vista compreender o fenômeno em sua totalidade, construído por meio do processo dialético em que o movimento educacional tem se dado. Isto significa analisar primeiramente a realidade dada e por meio de abstrações estruturar a reflexão até chegar na síntese diante de suas múltiplas determinações (Pires, 1997). O presente trabalho apoia-se na perspectiva da pesquisa qualitativa, no sentido que o processo de análise procura expressar seus sentidos, em explorar novos enfoques que dê significados a pesquisa, buscando compreender as características e sistematizar as informações (Godoy, 1995).

A análise bibliográfica consistiu na leitura de textos, que abordam as relações do capital financeiro com o desenvolvimento dos grupos empresariais na educação básica, coletados em bases de dados científicas (artigos, dissertações, teses e livros). A análise documental, por sua vez, fora feita em sites eletrônicos, documentos educacionais disponibilizados nas bases de dados do sistema educacional brasileiro, procurando relacionar a atuação dos grupos educacionais de capital aberto no setor público.

## **A atuação do capital financeiro na educação básica**

Marx (1971), em *O Capital*, em sua lei geral, esclarece que a alteração gradual do capital não acontece em esferas isoladas, mas decisivamente em todas as esferas de composição da sociedade, uma vez que o aumento do capital constante (meios de produção) é maior que o capital variável (força de trabalho) implicando na diminuição da taxa de lucro. Fontenelli (2020), explica, por meio dos estudos econômico-políticos de Marx, que o capital total da sociedade se converte em dinheiro ou mercadoria, constituindo uma das “fases do processo de reprodução do capital Industrial” (p. 163), partindo da circulação de mercadorias no capital comercial, sendo este o responsável pela conversão do capital-mercadoria em dinheiro.

Lenin (2003) caracteriza o capitalismo financeiro como a fusão do capital bancário e do capital industrial, originado por meio das crises e transformações econômicas, subordinado pela alta concorrência de mercado, sendo assim acarretando o fortalecimento de monopólios ou oligopólios.

O capitalismo financeiro modificou a forma de acumulação de capital, passando a visar investimentos de alta produtividade com lucros a curto prazo, identificado nas leis de livre circulação do mercado que diz respeito ao processo de globalização da economia, operado pela mundialização do capital. De acordo com Fontenelli (2020) a circulação internacional de capital viabilizou o desenvolvimento do capital financeiro no sentido que o câmbio de moedas acontece de forma aberta,

tal que se transforma em uma moeda mundial, na qual uma moeda nacional expressa em outra seu mesmo valor, sua equivalência.

Assim sendo, “o comércio financeiro desenvolve-se a partir da circulação internacional de capital, por meio de moedas nacionais e câmbio internacional ou dinheiro mundial” (Fontenelli, 2020, p. 163-164), mas de forma desigual, em que algumas nações dominam e controlam as demais, por meio dos mecanismos econômicos, políticos e militares, o que a caracterizam como imperialistas. Assim como,

O processo de delineamento estrutural da crise financeira atual deu-se por meio da ofensiva capitalista em estabelecer a reprodução automatizada de seus bens e serviços, acarretando no aumento de excedentes e na desvalorização de mercadorias. A crise é resultado da busca pela expansão global dos mercados, intensificação da extração da mais-valia e baixo retorno financeiro, a resultar na transferência do capital produtivo rumo ao mercado financeiro e seus mecanismos de especulação (Fontenelli, 2020, p. 164).

De acordo com Vazquez (2019) o capitalismo financeiro rearranja a forma de acumulação e reprodução do capital, aplica-se de forma mais flexível em investimentos que apresentem lucro a curto prazo. É neste ensejo que os grupos econômicos planejam inovações financeiras de expansão do capital produtivo. Nesta via, a acumulação fictícia é ligada pela incorporação das atividades industriais e pela circulação de capital, assim estabelecidas pela nova forma de acumulação de capital.

Deitos (2010), explica que a década de 1980, marcada pela crise da dívida, referindo-se aos países latino-americanos que se encontravam endividados e exportadores de capitais líquidos, o Banco Mundial (BM) apresenta um receituário, denominado de ajustamento estrutural e setorial, que estabelecia as soluções dos problemas governamentais articulados na crise do Estado, crise da competitividade econômica e crise social. E seguindo nesta ideia:

[...] os chamados empréstimos para ajustamento estrutural foram implementados pelo Banco Mundial e de forma convergente pelas outras agências financeiras multilaterais, desde o final da década de 1970, como mecanismos geradores de condicionalidades para cobrar dos países endividados maior rigor e sustentabilidade fiscal e financeira aos bilhões de dólares em empréstimos realizados pelo capital financeiro internacional (Deitos, 2010, p. 210).

Os empréstimos considerados com valores, bem acima da quitação de dívidas, e juros altos, sem condições de pagamentos, era o modo utilizado pelo BM na década de 70, tencionando a sua manutenção, visto que os interesses mercadológicos eram grandes, pois, na época, havia concorrentes exploradores de petróleo (Silva, 2016).

Importante lembrar de que a criação do BM, objetivou organizar/estruturar a economia mundial em parceria com o Fundo Monetário Internacional (FMI), coordenado majoritariamente pela potência econômica estadunidense (Tuão; Lamosa, 2021). O BM se consolida historicamente como uma instituição vinculada ao contexto das democracias burguesas e ao imperialismo financeiro, especialmente no controle sobre países de capitalismo dependente. Essa influência se dá principalmente por meio de empréstimos condicionados a políticas exigidas pelo próprio banco ou por instituições correlatas, como o FMI (Harvey, 2005).

Essas exigências costumam envolver reformas estruturais nos países devedores – como privatizações, cortes de gastos públicos, abertura ao capital estrangeiro e flexibilização de leis trabalhistas – que reforçam a subordinação econômica dessas nações às potências capitalistas centrais (Tuão; Lamosa, 2021).

Portanto, as políticas educacionais implantadas a partir dos anos 1990, foram direta e intencionalmente, determinadas pelos organismos internacionais, que propunham uma visão economicista da educação (Silva, 2016), sustentando a necessidade de que os países enfrentem a pobreza por meio da educação, divulgando assim, uma agenda modernizadora para a reforma dos sistemas educacionais.

Deste modo, foi proposto um ajuste estrutural e setorial pelas políticas financeiras de empréstimo para os países que admitissem criar reformas na economia redigidas pelo BM. Por outro lado, a posição cabível acordaria em eliminar os males recorrentes de políticas educacionais vigentes e transformá-las em reformas sem fundamentos causais antagônicos (Mészáros, 2008).

Assim sendo, propunham a participação de instituições privadas na educação, que secundariza a participação do Estado, pela via da flexibilização e minimização da organização das escolas, em relação ao trabalho pedagógico, cabendo ao Estado o papel de voluntariado à educação, já que as instituições privadas apontam interesse no número de matrículas e no lucro (Adrião et al., 2016).

#### Reforçando que

As fronteiras entre o público e o privado têm se modificado no contexto atual de crise do capitalismo, em que as suas estratégias de superação – neoliberalismo, globalização, reestruturação produtiva e Terceira Via – redefinem o papel do Estado, principalmente para com as políticas sociais. O neoliberalismo e a Terceira via, atual social-democracia, têm o mesmo diagnóstico de que o culpado pela crise atual é o Estado e têm o mercado como parâmetro de qualidade (Peroni, 2016, p. 3).

Desta maneira, o Estado abre caminhos para o desenvolvimento do setor privado tanto em expansão comercial quanto em imersão da esfera pública. Para tanto, no capitalismo financeiro, têm-se os grupos econômicos, predominantemente, como responsáveis pela organização empresarial, tal

que produção, trocas e fluxos financeiros estão sob seus comandos. Os grupos econômicos possuem liberdades e poderes políticos em função de suas participações “na produção, nos investimentos, na arrecadação tributária, na geração de divisas e na capacidade de exercer influência sobre a sociedade e o Estado” (Vazquez, 2019, p. 67-68).

Grupos econômicos são conceituados aqui como um conjunto de empresas, distintas ou não, que se unem por um propósito de expansão comercial/empresarial. Pela via de que a incorporação se trata da compra de uma empresa por outra, intrinsecamente ligada na diversificação de atividades de uma única empresa ou expansão de mercado em um único setor.

Dessa forma, os grupos econômicos são considerados lócus de controle e de acumulação de capital com possibilidades de alavancarem financeiramente por meio de mecanismos acionários e/ou creditícios. Seu cálculo empresarial é denominado pela lógica financeira de acumulação. A estratégia empresarial orientada pela acumulação financeira condiciona a estruturação funcional/organizacional de qualquer grupo (Vazquez, 2019, p. 71).

A abordagem marxista entende os grupos econômicos como uma forma de organização específica e dominante do capitalismo contemporâneo, de modo que a estruturação destes grupos, possuem centralização financeira e não reflexos de centralidade produtiva. Assim, orienta-se pela circulação de capitais “em que a concentração do capital-dinheiro é a principal explicação da concentração global dos recursos produtivos e da estruturação dos grupos econômicos” (Vazquez, 2019, p. 70).

Nesta perspectiva, a centralidade financeira no campo educacional é determinada pelo fluxo de matrículas, tanto no setor público quanto no privado. No caso do setor privado, esse destaque ocorre quando determinados grupos conseguem ampliar suas matrículas, seja por meio de estratégias específicas de captação ou simplesmente pela influência que exercem sobre a comunidade. A partir disto, outras empresas buscam fundir-se a estas ou investem para ultrapassar as concorrentes, na qual uma escola privada é “bem-vista” quando possui um número grande de matrículas e/ou por quem ou qual grupo ela é administrada.

O que atrai o interesse dos grandes grupos educacionais é, principalmente, o volume de matrículas das instituições públicas. Isso porque muitas redes públicas adotam produtos e serviços oferecidos por esses grupos, como materiais didáticos, apostilas, sistemas de ensino e outras soluções pedagógicas. Essas aquisições ocorrem tanto por meio de programas organizados pelas secretarias municipais de educação quanto pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD).

Mercantilização e privatização da educação básica pública  
Nesse contexto, o número de matrículas nas escolas públicas torna-se um fator estratégico diretamente vinculado à lógica de mercado e à disputa entre grupos econômicos do setor educacional.

Diante deste cenário, a Tabela 1, apresenta o número de matrículas da educação básica no setor público e privado, de 2009 a 2020, bem como o demonstrativo de estabelecimentos de ensino, como forma de compreender a evolução de sua expansão.

**Tabela 1** - Nº de estabelecimentos e de matrículas do setor público e privado - anos 2009 a 2020.

Ano	Estabelecimentos				Matrículas			
	Público		Privado		Público		Privado	
	Nº Total	%	Nº Total	%	Nº Total	%	Nº Total	%
2009	161.783	<b>81,93</b>	35.685	<b>18,07</b>	45.270.710	<b>86,10</b>	7.309.742	<b>13,90</b>
2010	158.650	<b>81,38</b>	36.289	<b>18,62</b>	43.989.507	<b>85,33</b>	7.560.382	<b>14,67</b>
2011	156.164	<b>80,89</b>	36.883	<b>19,11</b>	43.053.942	<b>84,46</b>	7.918.677	<b>15,54</b>
2012	154.616	<b>80,25</b>	38.060	<b>19,75</b>	42.222.831	<b>83,54</b>	8.322.219	<b>16,46</b>
2013	151.884	<b>79,64</b>	38.822	<b>20,36</b>	41.432.416	<b>82,79</b>	8.610.032	<b>17,21</b>
2014	149.098	<b>79,02</b>	39.575	<b>20,98</b>	40.680.590	<b>81,73</b>	9.090.781	<b>18,27</b>
2015	147.110	<b>78,90</b>	39.331	<b>21,10</b>	39.738.780	<b>81,44</b>	9.057.732	<b>18,56</b>
2016	146.065	<b>78,50</b>	40.016	<b>21,50</b>	39.834.378	<b>81,60</b>	8.983.101	<b>18,40</b>
2017	144.117	<b>78,26</b>	40.028	<b>21,74</b>	39.721.032	<b>81,72</b>	8.887.061	<b>18,28</b>
2018	141.298	<b>77,66</b>	40.641	<b>22,34</b>	39.460.618	<b>81,44</b>	8.995.249	<b>18,56</b>
2019	139.176	<b>77,06</b>	41.434	<b>22,94</b>	38.739.461	<b>80,92</b>	9.134.785	<b>19,08</b>
2020	138.487	<b>77,14</b>	41.046	<b>22,86</b>	38.504.108	<b>81,41</b>	8.791.186	<b>18,59</b>

**Fonte:** COSTA e GOMES, 2019 (Adaptado - Sinopse estatística INEP, 2009-2020).

Observa-se, na Tabela 1, a regressão do número de matrículas entre 2009 e 2020, no setor público, para tanto que no ano de 2020, 38.504.108 (81,41%) das matrículas eram de responsabilidade do setor público, distribuídas entre os 138.487 (77,14%) estabelecimentos públicos. Visualiza-se também que no decorrer destes anos vários estabelecimentos públicos de ensino foram fechados, isto é, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ao longo destes 12 anos foram fechados 23.296 mil estabelecimentos públicos de ensino.

Os dados indicam um aumento significativo tanto no número de matrículas quanto na quantidade de estabelecimentos de ensino no setor privado brasileiro. Em 2019, o INEP registrou mais de 9 milhões de matrículas nesse setor, além de mais de 41 mil instituições de ensino privadas. No entanto, em 2020, o número de matrículas caiu para 8.791.186, representando 18,59% do total da educação básica. Comparando os dois anos, observa-se uma redução de 343.599 matrículas no setor privado, enquanto o setor público registrou uma queda de 235.353 matrículas no mesmo período.

Investigar as causas dessa redução é uma tarefa para pesquisas futuras. No entanto, é possível supor que a pandemia de COVID-19 tenha sido um dos principais fatores responsáveis por essa diminuição.

Em decorrência da pandemia, os grupos educacionais se adaptam rapidamente para oferecer um ensino remoto diferenciado, buscar metodologias inovadoras, preços competitivos e grandes investimentos, na perspectiva de que a escola é a própria residência domiciliar do educando, pois, o interesse dos investidores é explicitamente no tamanho do mercado, na receita e/ou taxa de lucratividade das escolas. Como diz Zaher, do grupo SEB, em entrevista para O Globo, “Educação básica é diferente de ensino superior. Sempre haverá escolas locais. Queremos é ser relevantes nas regiões e segmentos em que atuamos” (Setti, 2021)<sup>3</sup>.

De forma intrínseca, o setor privado busca espaço para centralização financeira no campo educacional, pois,

[...] a entrada de empresas do setor educacional na bolsa de valores e o impulso às aquisições e fusões caracterizaram a financeirização no campo, tornando-a uma mercadoria altamente rentável, como parte de uma expansão empresarial. Esse fenômeno se molda através de uma mercantilização de novo tipo da educação [...] (Costa; Gomes, 2019, p. 05).

O BM contribui com tais práticas, no sentido que amplia o envolvimento entre a esfera governamental com instituições privadas, no intuito de disseminar a importância da iniciativa. No Brasil, o incentivo ao capital aberto se acentua a partir da década de 1990, com as políticas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que corrobora na expansão do setor privado, e permanece no governo Lula, mesmo que em menor proporção (Durham, 2010). Ao longo do governo FHC (1995-2003), tem-se registro que no setor privado a educação básica alcança o número de 7.040.301 matrículas, cerca de 11,13% das matrículas da educação básica (MEC/INEP, 2004). Já no governo Lula (2003-2011) dados mostram um percentual de 15,54% do setor privado na educação básica, 7.918.677 matrículas, e no governo Dilma (2011-2016) o percentual chega a 18,40%, cerca de 8.983.101 matrículas (MEC/INEP, 2017).

De acordo com Costa e Gomes (2019) a partir de 2008, no Brasil, as organizações deram seus primeiros passos para atuar no setor educacional, que na época priorizava-se o Ensino Superior. Logo em seguida, as grandes empresas passam a envolver seus interesses na educação básica privada, no suporte de iniciativa financeira por meio de participações nas ações de escolas já consolidadas.

---

<sup>3</sup> Matéria jornalística do site O Globo, encontrada em <https://oglobo.globo.com/economia/grupos-empresariais-vaio-as-compras-de-escolas-de-educacao-basica-1-24986648>.

Mercantilização e privatização da educação básica pública  
Importante sublinhar que esses investidores passam a possuir títulos de propriedade que funcionam, fundamentalmente, como ativos financeiros e, portanto, como títulos com rentabilidade balizada pelos demais títulos em circulação no mercado, exigindo, assim, alto retorno financeiro e elevada distribuição de dividendos. O foco não é o controle total da empresa, pois isso aumentaria os riscos e dilataria a temporalidade, mas o controle do poder de decisão nos Conselhos de Administração pelo operador que atua em nome dos acionistas participantes do “Private Equity” (Leher, 2018, p. 23 *apud* Costa; Gomes, 2019, p. 06).

Assim sendo, trata-se da participação ativa na gestão e administração da empresa, mas não em seu controle total, pois atua em empresas já existentes e que apresentem perspectivas de expansão no mercado. Os investimentos podem ocorrer até mesmo antes da empresa ter entrada na bolsa, visto que pretendem a valorização das ações, para que depois tenham boas negociações (ENDEAVOR BRASIL, 2021).

## **Grupos empresariais na educação básica pública**

Os grupos empresariais reordenam a forma de reprodução do capital, em uma perspectiva mais flexível, tencionados pelas inovações financeiras, assim possibilitadas pela acumulação fictícia (resultado por meio de processos especulativos, valorização de títulos por meio da bolsa de valores ou fundo público), ou seja, a partir de investimentos em empresas já estruturadas, na compra de atividades industriais e pela circulação de capital ações na bolsa ou até mesmo expansão de conglomerados de empresas (Vazquez, 2019).

Particularmente, os grupos educacionais são entendidos como um conjunto de empresas distintas ou não, que se unem por um propósito de expansão comercial/empresarial. No sentido de que, tal “união” trata-se da compra de uma empresa por outra, intrinsecamente ligada na diversificação de atividades de uma única empresa ou expansão de mercado em um único setor (Ribeiro; Nunes; Turmena, 2021).

Diante disto, o elo entre os grupos empresariais e o setor educacional é o número de matrículas, seja na esfera pública ou privada. Adrião et al. (2016) destacam que neste mercado as matrículas são consideradas como ativos das empresas, isso quer dizer que os grupos econômicos manifestam interesse inicialmente em números de matrículas, em seguida estruturam estratégias para aumentar seus lucros em cima destes números.

As matrículas das escolas públicas chamam bastante atenção, pois as empresas privadas oferecem serviços, com base nelas. Tais serviços podem ser desde elaboração de materiais didáticos, apostilas, sistemas de ensino, dentre outros, o que podem ser acessados via programas de secretárias

municipais/estaduais ou por meio do PNLD. Neste ensejo, que a financeirização da educação toma impulso e “caminha a passos largos”, pois a esfera pública é um campo fértil para a lucratividade.

As políticas educacionais são formuladas a partir de necessidades definidas pelo Estado para otimizar o serviço do setor e atender de forma ideológica a toda a sociedade (Deitos, 2010). No entanto, sua construção é parte influenciada por outros órgãos (de interesses públicos e/ou privados) que manifestam interesses e, implementadas em cada época, a partir, de acordos feitos (correlação de forças) com cada governante. Exemplo atual, foi a aprovação da Reforma do Ensino Médio e da BNCC, em que, segundo Lima (2021), circundam interesses explícitos em favor de uma sociedade hegemônica, para capacitar indivíduos para reprodução social.

Considerando que o setor da educação básica tem movimentado em torno de R\$ 100 bilhões, entre os anos de 2016 e 2018, com produção de materiais, livros, apostilas, sistemas educacionais e outros (Barroso, 2018), torna-se cada vez mais frequente, a presença dos grupos empresariais na educação básica pública, com facilitação legal do Estado.

A financeirização da educação básica ganha impulso após a ascensão do ensino superior privado (Costa; Gomes, 2019). Este impulso fora tomado pela ambição de grupos empresariais em faturar com mensalidades e materiais didáticos, de modo que o engajamento se adequa sobre uma demanda de mercado financeiro internacional.

Para tanto, a preocupação na educação básica é articulada, como por exemplo, pelo movimento Todos Pela Educação, conectada por grupos econômicos como bancos, empreiteiras, setores do agronegócio e da mineração e, até mesmo, os meios de comunicação, que de certa forma planificam sobre qual “chão” deve-se firmar a educação (ABEM, 2021).

Segundo O Globo (2021), o mercado educacional atrai fundos de investimentos provenientes da bolsa e movimenta cerca de 80 bilhões de reais. Ocorre, portanto, a corrida dos grupos educacionais em movimentar o capital na educação básica, propondo gestão profissionalizada e esferas tecnológicas.

Em relação aos grupos educacionais, de capital aberto, extraímos da revista “A educação brasileira na bolsa de valores: as oito empresas privadas de capital aberto que atuam no setor educacional”, publicado pela Tricontinental<sup>4</sup> em outubro de 2020, e atualizamos alguns dados de acordo com os sites das instituições. Destacam-se os grupos: Kroton Educacional S.A. - também conhecida como Cogna, Tabela 2; Yduqs Participações S.A., Tabela 3; Ser Educacional S.A., Tabela 4; Ânima Holding S.A., Tabela 5; Bahema Educação S.A., Tabela 6; Arco Educação S.A., Tabela 7;

<sup>4</sup> Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/cartilha-a-educacao-brasileira-na-bolsa-de-valores/>.

Mercantilização e privatização da educação básica pública Afya Participações S.A., Tabela 8; Vasta Plataforma Limited, Tabela 9. Incluímos também o grupo Cruzeiro do Sul<sup>5</sup>, buscando informações no seu próprio site, considerando a abertura de capital na B3 – Bovespa, conforme Tabela 10.

<b>Tabela 2 – Descrições do grupo Kroton Educacional S.A.</b>			
<b>Grupo</b>	Kroton Educacional S.A.		
<b>Bolsa de valores</b>	Bovespa		
<b>Principais proprietários (acionistas)</b>	- Alasca Investimentos Ltda; - BlackRock Inc.		
<b>Principais subsidiárias</b>	- Anhanguera Educacional Participações S.A.;	- Editora e Distribuidora Educacional S.A.;	- Somos Sistemas;
	- Saber Serviços Educacionais S.A.;	- SB Sistemas.	
<b>Marcas</b>	- Cogna Educação; - Vasta Educação; - Platos; - Pitágoras; - UnicUniversidade de Cuiabá; - Iuni Educacional; - Fama Faculdade de Macapá; - Unopar; - Unirondon; - Aedu; - Anhanguera Educacional; - Fac Faculdade Comunitária Campinas;	- Uniabc Universidade do Grande ABC; - Uni Universidade de Santo André; - Unicts Faculdades; - Unipli; - Celv; - Centro Educacional Lato Sensu; - Somos Educação; - Somos Science in learning; - Editora Ática; - Editora Scipione; - Saraiva Educação; - Anglo Sistemas de Ensino;	- Ph Sistema de Ensino; - Sistema Maxi de Ensino; - Ético Sistema de Ensino; - Geo Sistema de Ensino; - Colégio Sigma; - Colégio Motivo; - Colégio Integrado; - Colégio PH; - Colégio Visão; - O Líder em Mim; - Plurall; - Red Balloon; - Stoodi; - Livro Fácil.
<b>Setores de atuação</b>	- Ensino Superior; - Ensino Médio; - Ensino Fundamental; - Educação Infantil; - Cursos pré-vestibulares;	- Cursos preparatórios para concursos; - Ensino de Idiomas; - Produção de material didático; - Métodos didáticos; - Plataformas de ensino.	
<b>Regiões de atuação</b>	- Todo o país.		
<b>Número de alunos atingidos</b>	- Cerca de 1 milhão de alunos.		
<b>Patrimônio líquido</b>	- R\$ 15 bilhões e 835 milhões.		

Fonte: The Tricontinental, 2020; Kroton, 2024, disponível em: <https://ri.cogna.com.br/a-kroton/historico/>.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.cruzeirodosuleducacional.com.br/>, acesso em: 02 de fevereiro de 2024.

**Tabela 3 – Descrições do grupo Yduqs Participações S.A.**

<b>Grupo</b>	Yduqs Participações S.A.		
<b>Bolsa de valores</b>	Bovespa		
<b>Principais proprietários (acionistas)</b>	- Rose Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.		
<b>Principais subsidiárias</b>	- Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda; - Nova Academia do Concurso – Cursos Preparatórios Ltda;	- Irep sociedade de Ensino Superior; Médio e Fundamental Ltda; - Estácio Editora e Distribuidora Ltda; - Sociedade de Ensino Superior Estácio de Ribeirão Preto.	
<b>Marcas</b>	- Estácio; - Unitoledo; - Adtalem;	- Ibmec; - Wyden Educacional;	- SJT Educação Médica; - Damásio Educacional.
<b>Setores de atuação</b>	- Ensino Superior; - Ensino Médio;	- Ensino Fundamental; - Educação Infantil;	- Cursos preparatórios para concursos; - Produção de material didático.
<b>Regiões de atuação</b>	- Todo o país.		
<b>Número de alunos atingidos</b>	- Cerca de 890 mil alunos.		
<b>Patrimônio líquido</b>	- R\$ 3 bilhões e 102 milhões.		

Fonte: The Tricontinental, 2020; Yduqs, 2024, disponível em:

<https://www.yduqs.com.br/show.aspx?idCanal=2A9MtfzS4uRqXhzucRSqdw==>.

**Tabela 4 – Descrições do grupo Ser Educacional S.A.**

<b>Grupo</b>	Ser Educacional S.A.		
<b>Bolsa de valores</b>	Bovespa		
<b>Principais proprietários (acionistas)</b>	- Oceana Investimentos Acvm Ltda; - José Janguê Bezzerra Diniz.		
<b>Principais subsidiárias</b>	- Cenesup Centro Nacional de Ensino Superior Ltda; - Uninassau Participações S.A.; - Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda;	- Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda; - Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa Ltda; - Unama - União de Ensino Superior do Pará.	
<b>Marcas</b>	- Faculdade Maurício de Nassau; - Faculdade Joaquim Nabuco; - Escola Técnica Maurício de Nassau; - Escola Técnica Joaquim Nabuco; - Colégio Maurício de Nassau; - Instituto Maurício de Nassa; - Universidade Joaquim Nabuco;	- Universidade Maurício de Nassau; - Business School Maurício de Nassau; - Escola Maurício de Nassau; - Centro de Educação Profissional Maurício de Nassau; - Rádio Maurício de Nassau; - TV Maurício de Nassau; - Veritas IMN Instituto Maurício de Nassau;	- Instituto Ser Educacional; - Uninassau Veritas Centro Universitário Maurício de Nassau; - Centro Universitário do Recife; - Unama Universidade da Amazônia; - Faculdade Integrada dos Tapajés; - Universidade de Guarulhos.
<b>Setores de atuação</b>	- Ensino Superior e Ensino Técnico.		
<b>Regiões de atuação</b>	- Todo o país.		
<b>Número de alunos atingidos</b>	- Cerca de 184 mil alunos		
<b>Patrimônio líquido</b>	- R\$ 1 bilhão e 308 milhões.		

Fonte: The Tricontinental, 2020; Ser Educacional, 2024, disponível em:

<https://www.sereducacional.com/institucional.html>.

**Tabela 5 – Descrições do grupo Ânima Holding S.A.**

<b>Grupo</b>	Ânima Holding S.A.		
<b>Bolsa de valores</b>	Bovespa		
<b>Principais proprietários (acionistas)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Marcelo Battistella Bueno;</li> <li>- Áttila Simões da Cunha;</li> <li>- Leonardo Barros Haddad;</li> <li>- Gabriel Ralston Correa Ribeiro;</li> <li>- Ricardo Caçado Gonçalves de Souza;</li> <li>- Ignácio Dauden Martinez;</li> <li>- Dynamo Administração de Recursos Ltda;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rômulo Faccini Castanho;</li> <li>- Fabricio Ghinato Mainieri;</li> <li>- Rodrigo Rossetto Dias Ramos;</li> <li>- Mauricio Nogueira Escobar;</li> <li>- Daniel Faccini Castanho;</li> <li>- Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda;</li> <li>- Dynamo Internacional Gestão de Recursos Ltda.</li> </ul>	
<b>Principais subsidiárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- VC Network Educação S.A.;</li> <li>- HSM do Brasil S.A.;</li> <li>- Brasil Educação S.A.;</li> <li>- Sociedade Catalana de Educação Ltda;</li> <li>- Cesuc Educação Ltda;</li> <li>- UNA Gestão Patrimonial S.A.;</li> <li>- PGP Posse Gestão Patrimonial S.A.;</li> <li>- Faceb Educação Ltda;</li> <li>- Sobepe Sociedade Brasileira de Educação Cultura;</li> <li>- Pesquisa e Extensão S.A.;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instituto Politécnico de Ensino Ltda;</li> <li>- Ieduc Instituto de Educação e Cultura;</li> <li>- Sociesc Sociedade de Educação e Cultura S.A.;</li> <li>- PGP Educação S.A.;</li> <li>- Ages Empreendimentos Educacionais Ltda.;</li> <li>- Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda.;</li> <li>- Instituto de Educação e Cultura Unimonte.</li> </ul>	
<b>Marcas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- UNA;</li> <li>- UniBH;</li> <li>- Universidade São Judas Tadeu;</li> <li>- Unisociesc;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ages;</li> <li>- Le Cordon Bleu São Paulo;</li> <li>- HSM;</li> <li>- EBRADI;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Singularity Brasil;</li> <li>- Unisul;</li> <li>- Unicuritiba;</li> <li>- Faseh;</li> <li>- Unifg.</li> </ul>
<b>Setores de atuação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ensino Superior;</li> <li>- Ensino Médio;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ensino Fundamental;</li> <li>- Ensino Técnico.</li> </ul>	
<b>Regiões de atuação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- São Paulo;</li> <li>- Minas Gerais;</li> <li>- Goiás;</li> <li>- Santa Catarina;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Paraná;</li> <li>- Bahia;</li> <li>- Sergipe.</li> </ul>	
<b>Número de alunos atingidos</b>	- Cerca de 140 mil alunos.		
<b>Patrimônio líquido</b>	- R\$ 690 milhões.		

Fonte: The Tricontinental, 2020; Ânima Educação, 2024, disponível em: <https://ri.animaeducacao.com.br/show.aspx?idMateria=A5TrcK/G412f8FtlVNVgCA==&linguagem=pt.>

**Tabela 6 – Descrições do grupo Bahema Educação S.A.**

<b>Grupo</b>	Bahema Educação S.A.		
<b>Bolsa de valores</b>	Bovespa		
<b>Principais proprietários (acionistas)</b>	- Bruno Bertolucci Belliboni; - Carlos Eduardo Affonso Ferreira; - Potenza Fundo de Investimentos em Ações; - Frederico Marques Affonso Ferreira; - Monica Affonso Ferreira Mation; - Ana Maria Affonso Ferreira Bianchi; - Guilherme Affonso Ferreira Filho;	- Guilherme Affonso Ferreira; - Afranio Affonso Ferreira Neto; - Mint Educação Master II Fia; - Mint Batalha Value Fic de Fia; - Mint Educação Fundo de Investimentos em Ações; - Ághatos Participações e empreendimentos S.A.	
<b>Principais subsidiárias</b>	- Bahema Educação RJ S.A.; - Bahema Educação MG Ltda; - Fórum Cultural Participações Ltda;	- Sovila Participações S.A.; - Escola Mais Educação Ltda; - Centro de Formação de Educadores da Vila Ltda.	
<b>Marcas</b>	- Escola da Vila; - Centro de Formação da Vila;	- Colégio Apoio; - Escola Parque; - Escola Viva;	- Colégio Bis; - Escola Balão Vermelho; - Critique.
<b>Setores de atuação</b>	- Ensino Médio; - Ensino Fundamental;	- Educação Infantil.	
<b>Regiões de atuação</b>	- São Paulo; - Rio de Janeiro;	- Minas Gerais; - Pernambuco.	
<b>Número de alunos atingidos</b>	- Cerca de 6 mil alunos.		
<b>Patrimônio líquido</b>	- R\$ 98 milhões.		

Fonte: The Tricontinental, 2020; Bahema Educação, 2024, disponível em: <https://www.bahema.com.br/a-companhia/historia/>.

**Tabela 7 – Descrições do grupo Arco Educação S.A.**

<b>Grupo</b>	Arco Educação S.A.		
<b>Bolsa de valores</b>	Nasdaq		
<b>Principais proprietários (acionistas)</b>	- Oto Brasil de Sá Cavalcante; - Ari de Sá Cavalcante Neto;	- General Atlantic Arco.	
<b>Principais subsidiárias</b>	- Arco Brazil; - EAS; - Barra Américas Editora Ltda; - Distribuidora de Material Didático Desterro Ltda; - SAS Sistema de Ensino Ltda; - Arco Ventures S.A.; - SAS Livraria Ltda; - SAE Digital S.A.;	- International School Serviços de Ensino; - Treinamento e Editoração; - Franqueadora S.A.; - Nave à vela Ltda; - EEM licenciamento de Programas Educacionais Ltda; - NLP Soluções Educacionais Ltda; - WPensar S.A.; - Geekie Desenvolvimento de Softwares S.A.	
<b>Marcas</b>	- SAS; - SAE;	- International School; - Positivo;	- Conquista Solução Educacional.
<b>Setores de atuação</b>	- Ensino médio; - Ensino Técnico; - Ensino Fundamental; - Educação Infantil;	- Produção de material didático; - Métodos didáticos; - Plataformas de ensino.	
<b>Regiões de atuação</b>	- Todo o país.		
<b>Número de alunos atingidos</b>	- Cerca de 1,3 milhões de alunos.		
<b>Patrimônio líquido</b>	- R\$ 1 bilhão e 594 milhões.		

Fonte: The Tricontinental, 2020; Arco Educação, 2024, disponível em: <https://arcoeducacao.com.br/companhia/>.

**Tabela 8 – Descrições do grupo Afya Participações S.A.**

<b>Grupo</b>	Afya Participações S.A.		
<b>Bolsa de valores</b>	Nasdaq		
<b>Principais proprietários (acionistas)</b>	- Bozano Educacional II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia; - Nicolau Carvalho Esteves;	- Rosângela de Oliveira Tavares Esteves; - Renato Tavares Esteves; - Vanessa Tavares Esteves; - Lílian Tavares Esteves de Carvalho.	
<b>Principais subsidiárias</b>	- CBB Web Serviços e Transmissões On line S.A.; - Centro de Ciências em Saúde de Itajubá S.A.; - Centro Integrado de Saúde de Teresina Ltda.; - Esmc Educação Superior Ltda.;	- Fadep Faculdade Educacional de Pato Branco Ltda.; - Iesp Instituto de Ensino Superior do Piauí S.A.; - Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba S.A.; - Instituto de Pesquisa e Ensino Médico do Estado de Minas Gerais Ltda.	
<b>Marcas</b>	- Medcel; - Itpac; - Fapac;	- Iptan; - Univaço; - Iesvap;	- Iesp; - Fmit.
<b>Setores de atuação</b>	- Cursos Preparatório;	- Ensino Técnico e Superior da área de Saúde	
<b>Regiões de atuação</b>	- Paraná; - Rio de Janeiro; - São Paulo; - Distrito Federal;	- Minas Gerais; - Bahia; - Tocantins; - Piauí;	- Pará; - Maranhão; - Amazonas; - Acre.
<b>Número de alunos atingidos</b>	- Cerca de 38 mil alunos.		
<b>Patrimônio líquido</b>	- R\$ 2 bilhões e 113 milhões.		

Fonte: The Tricontinental, 2020; Afya, 2024, disponível em: <https://www.afya.com.br/sobre/nossa-historia>.

**Tabela 9 – Descrições do grupo Vasta Plataform Limited**

<b>Grupo</b>	Vasta Plataform Limited		
<b>Bolsa de valores</b>	Nasdaq		
<b>Principais proprietários (acionistas)</b>	- Kroton S.A. (COGNA S.A.)		
<b>Principais subsidiárias</b>	- Somos Sistemas de Ensino S.A.; - Colégio Anglo São Paulo Ltda.; - Livraria Fácil Ltda.;	- A&R Comércio e Serviços de Informática Ltda.; - Mind Makers Editora Educacional Ltda.	
<b>Marcas</b>	- Anglo Sistema de Ensino; - PH Sistema de Ensino, - Ético Sistema de Ensino; - Maxi Sistema de Ensino; - Rede de Ensino Pitágoras;	- Editora Saraiva; - Editora Scipione; - Editora Ática; - English Stars; - Editora Livro Fácil; - Editora Atual;	- Lideremim; - Matific; - Mind Markers; - Profs; - Rede Cristã de Educação.
<b>Setores de atuação</b>	- Ensino Médio; - Ensino Fundamental; - Educação Infantil;	- Cursos pré-vestibulares; - Cursos preparatórios para concursos; - Ensino de idiomas;	- Produção de material didático; - Métodos didáticos; - Plataformas de ensino.
<b>Regiões de atuação</b>	- Todo o país.		
<b>Número de alunos atingidos</b>	- Cerca 1.032.000 de alunos.		
<b>Patrimônio líquido</b>	- Não Consta.		

Fonte: The Tricontinental, 2020; Vasta Educação, 2024, disponível em: <https://vasta.globalri.com.br/sobre-a-vasta>.

**Tabela 10 – Descrições do grupo Cruzeiro do Sul Educacional**

<b>Grupo</b>	Cruzeiro do Sul Educacional		
<b>Bolsa de valores</b>	Bovespa		
<b>Principais proprietários (acionistas)</b>	- Archy LLC (Noryoku Investment); - Gama 1 FIM (Danilo Padovese, Felipe Padovese, Henrique Padovese); - Redmond FIM (Bruna Padovese, Leonardo Padovese; Renato Padovese); - FIP – D2HFP (Dagmar Figueiredo, Débora Figueiredo, Fábio Figueiredo, Patrícia Figueiredo).		
<b>Principais subsidiárias</b>	- ACEF S.A. (UNIFRAN); - Centro de Ensino Unificado do DF Ltda.;	- SECID Soc. Educ. Cid. SP. S.A. (UNICID); - Soc. Emp. Litoral Norte Ltda. (MÓDULO).	
<b>Marcas</b>	- Universidade Cruzeiro do Sul; - Braz Cubas Centro Universitário; - Cesuca Centro Universitário; - Ceunsp Centro Universitário N. Sra. Do Patrocínio; - Cruzeiro do Sul Virtual Educação a Distância;	- Fass Faculdade São Sebastião; - Módulo Centro Universitário; - FSG Centro Universitário; - UDF Centro Universitário; - Universidade Positivo;	- UNIPÊ Centro Universitário de João Pessoa; - Unicid Universidade Cidade de São Paulo; - Unifran Universidade de Franca; - Colégio Alto Padrão; - Colégio Ceunsp Itu; - Colégio Ceunsp Salto; - Colégio Cruzeiro do Sul; - Colégio S. Sebastião Centro.
<b>Setores de atuação</b>	- Ensino Superior; - Educação a Distância; - Ensino Médio;	- Ensino Fundamental; - Educação Infantil;	
<b>Regiões de atuação</b>	- Todo o país.		
<b>Número de alunos atingidos</b>	- cerca de 388 mil alunos.		
<b>Patrimônio líquido</b>	- cerca de R\$ 3 bilhões e 228 milhões		

Fonte: Cruzeiro do Sul Educacional, 2024, disponível em: <https://www.cruzeirodosuleducacional.com.br/>.

Diante das tabelas, pode-se verificar como o setor privado tem expandido o leque de atuações, especificamente na educação básica, bem como na produção de materiais didáticos e plataformas de ensino. “Exemplo disso é que a produção de materiais escolares, como livros, apostilas, sites, plataformas, movimenta aproximadamente R\$ 100 bilhões, somente na educação básica. Uma vez que, o mercado de educação básica no Brasil é 83% maior que o de ensino superior” (Barroso, 2018).

Estudo de Adrião et al. (2016), discute sobre a atuação de Grupos empresariais na educação básica pública brasileira, não especificamente de capital aberto. Os autores colocam o Grupo Objetivo, Pearson, Grupo Positivo, Grupo Santillana, e Somos Educação como os grupos que mais atuam no setor educacional público brasileiro pela venda de produtos e serviços.

- *Grupo Objetivo*: Sistema Objetivo Municipal de Ensino (Some). A distribuição dos materiais é realizada pela editora Sol Soft;
- *Pearson*: sistema de ensino para a área pública oferecido via Núcleo de Apoio a Municípios e Estados (Name) que conta com três produtos para escolas públicas, além do sistema Colégio Oswaldo Cruz (COC), para a rede privada;
- *Grupo Positivo*: Sistema de Ensino Aprende Brasil (Sabe), para a rede pública, e Sistema Positivo de Ensino, para as escolas privadas;
- *Grupo Santillana*: Sistema Uno Público de Ensino, oferecido para as escolas

Mercantilização e privatização da educação básica pública privadas, além de outros produtos. • A *Abril Educação* (atualmente denominada *Somos Educação*), não mantinha um setor ou sistema específico para redes públicas, contudo comercializava para escolas públicas e privadas, além do Sistema Anglo de Ensino, objeto deste mapeamento, outros produtos (Adrião *et al.*, 2016, p. 117).

O Grupo Objetivo iniciou sua trajetória como curso preparatório para faculdades de medicina em 1965, na região central de São Paulo. Devido à grande repercussão e índices de aprovação, mais tarde, em 1970, foi criado o Colégio Objetivo, atuando com currículo para o ensino médio. Alimenta a concepção da formação do indivíduo para um mundo globalizado, envolvendo os parâmetros de ensino em tempos tecnológicos (OBJETIVO, 2021).

A inserção nas escolas públicas se dá via Sistema Objetivo Municipal de Ensino (SOME), que visa trabalhar com o processo de venda dos SPE, divulgando parceria pedagógica com os municípios, influenciando na tomada de decisões pedagógicas e administrativas junto às Secretarias Municipais de Ensino.

Equipes de especialistas desenvolvem projetos de atendimento pedagógico – presencial e à distância, para professores, coordenadores pedagógicos e diretores –, vinculados a um processo de avaliação inicial, processual e final, com foco na identificação de resultados e levantamento de necessidades, para ajustar ou mudar cursos de ação nas instituições parceiras (OBJETIVO, 2021).

A Pearson atua no Brasil desde 1970, carrega consigo o compromisso de “ajudar as pessoas a desenvolver suas habilidades, de que elas precisam incrementar suas perspectivas de empregabilidade e ter sucesso diante das transformações no mundo do trabalho” (PEARSON, 2021).

Trabalha com o sistema de ensino Colégio Oswaldo Cruz (COC), para a rede privada, e o sistema Núcleo de Apoio a Municípios e Estados (NAME), para a rede pública de ensino. A empresa conta com serviços de materiais didáticos, recursos tecnológicos e serviços para as escolas e institutos de idiomas.

O Grupo Positivo, empresa fundada em 1989, com o objetivo inicial de fabricar e vender computadores, hoje em dia possui grande participação na área de tecnologia educacional. O grupo oferece para a rede pública o Sistema de Ensino Aprende Brasil (SABE), com a venda de livros didáticos integrados, assessoria pedagógica, plataforma digital, avaliação externa de aprendizagem e o sistema de monitoramento educacional do Brasil (GRUPO POSITIVO, 2021). Para o sistema público o grupo oferta incrementos tanto para a sala de aula, formação de professores até mesmo para as secretarias de ensino.

O Grupo Santillana desde 2000 é integrante do PRISA, companhia de criação e distribuição de conteúdo, sejam eles culturais, educativos, informacionais e de entretenimentos, em língua portuguesa e espanhola. No Brasil, o grupo atua em vários segmentos: com o Sistema Uno Educação, que oferta o sistema de ensino completo para a rede educacional com ambientes virtuais, sistema de ensino, recursos didáticos e recursos curriculares; com a Editora Moderna na produção de materiais didáticos, que oferta o serviço para o PNLD; trabalha ainda no seguimento de idiomas, literatura, avaliação com o Avalia Educacional e o Aprova Brasil (SANTILLANA, 2022).

O grupo Somos Educação atua no ramo desde 1913, é um conglomerado de empresas que reúne editoras e colégios. Seus serviços estão listados como colégios privados, escola de idiomas, sistemas de ensino, editorais e de formação e assessoria pedagógica (SOMOS EDUCAÇÃO, 2021). O Somos Educação é um dos grupos mais engajados nos tramites da rede pública, tem posse da Editora Ática, bastante reconhecida no PNLD.

Andrade (2019) comenta que ao pensar em privatizar a educação com o auxílio dos mais variados meios de mercantilização não significa somente transferir recursos, pois a lógica capitalista põe de lado a proposta pedagógica. O que vem primeiro é o faturamento do produto ou serviço e qualquer ideia curricular proposta, será em favor de uma ideologia dominante.

Percebe-se, portanto, a atuação dos grandes grupos educacionais na agenda educacional, particularmente na venda de produtos e serviços, ocorrendo a monopolização ou oligopolização do setor, visto também que tem se intensificado a fusão entre as empresas e as aquisições de outros grupos e/ou empresas. Adrião *et al.* (2016) concordam que a participação de instituições privadas na educação secundariza a atuação do Estado, em relação à organização das escolas e o trabalho pedagógico. Esta abertura, intensifica a expansão do setor privado dentro do setor público, redigidos por empresas/conglomerados que exercem influência sobre o Estado.

Os grandes grupos empresariais pensam numa lógica multivariada de atuação, tendo alguns grupos educacionais como principais mantenedoras e outros ainda seguem resistentes às vendas de suas ações. Desta forma, os grandes grupos empresariais que por uma via de financiamento coordenam por meio de uma teia os serviços que por elas são prestadas, indicando assim que os serviços prestados na educação básica, com os sistemas, serviços pedagógicos, avaliações e outros. Como por exemplo o grupo empresarial Kroton que é dona de várias editoras de livros didáticos, como: Editora e Distribuidora Educacional S.A., Editora Ática, Editora Scipione e Saraiva Educação, além de ofertar os sistemas de ensinos, como: Somos Sistemas, Anglo Sistemas de Ensino, Ph Sistema de Ensino, Sistema Maxi de Ensino, Ético Sistema de Ensino e Geo Sistema de Ensino.

## **Algumas considerações acerca da influência do privado sobre o público**

Adrião, Damaso e Galzerano (2013), elucidam a atuação dos SPE na esfera pública, analisando os municípios paulistas. Constatam quatro fatores que são determinantes para a adoção dos SPE, tais como:

1. *Descentralização da educação*: as empresas privadas oferecem produtos educacionais na pretensão de otimizar os *déficits* originados pela falta de condições objetivas para elaboração, implantação e avaliação de políticas educacionais;
2. *Flexibilização de gastos*: estimular a terceirização por meio da indicação de minimização de gastos e flexibilização administrativa. Aqui resulta no controle dos gastos públicos, fixando uma porcentagem com gastos com pessoal e estímulo à terceirização dos serviços por meio da contratação;
3. *Papel dos grandes grupos educacionais*: este fator está ligado em que papel estes grupos objetivam na agenda educacional, em particular exprimir quais produtos e serviços serão vendidos. Dessa maneira, incentiva-se a oligopolização do setor, uma vez que intensifica a fusão de empresas e a aquisição de marcas e grupos brasileiros;
4. *Posição de gestores públicos e professores*: este fator procura analisar o enquadramento da demanda específica da política de utilização dos SPE.

Andrade (2019) justifica que os grandes grupos de capital aberto agem em influência ao PNE, pela via da concepção empresarial nos Conselhos de Educação, visto que estes passam a articular/investir em propostas disseminadas pela lógica empresarial. No que mais à frente implica na criação de reformas, como o caso da Reforma Capanema (dizia que a educação serviria para desenvolver habilidades de acordo com as categorias de classe, a dar destaque na desigualdade social e elitizar o acesso à educação). Na mesma via, a proposta segue a dinâmica *toyotista*, na qual a destaca a produção de mão de obra qualificada sob a ideologia da “pedagogia das competências: acrítica, eficiente, funcional e descartável. Sendo assim, eles lucram no processo e se beneficiam com o perfil de aluno formado” (Andrade, 2019, p.65).

Segundo Costa e Gomes (2019), as secretarias públicas contam com ajuda da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) no que auxilia os gastos municipais, tal que

[...] os sistemas privados de ensino podem ser comprados diretamente pelas secretarias municipais de educação. Mesmo com as aquisições, as secretarias ainda podem optar por receber sem custo os livros do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Por outro lado, o PNLD também tem participação destes

grupos via edital, por isso, tem-se aqui um duplo gasto federal com o mesmo serviço (Costa; Gomes, 2019, p. 7).

As autoras ainda comentam que os programas MDE e o PNLD são duas opções viáveis que os grupos empresariais utilizam como fonte de recursos de um mesmo tipo de serviço.

A ABEM explana a iniciativa do movimento Todos Pela Educação, organizado pelo setor financeiro, agronegócio, mineral e meios de comunicação, que propaga uma educação da classe que representa. A ABEM (2021) afirma que

O Todos pela Educação conseguiu difundir a sua proposta educativa para o Estado, inicialmente por meio do Plano Nacional de Educação (PNE) – que aliás foi homenageado com o nome Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, em referência ao movimento. Com isso definiram em grandes linhas o que seria o PNE que está vigente. Articulam por meio de leis, mas também da adesão de secretários municipais e estaduais às suas metas, aos seus objetivos. Articulam com o Estado, que cria programas, como o programa de ações articuladas, em que a prefeitura, quando apresenta um projeto para o desenvolvimento da educação municipal, tem que implicitamente aderir às metas do movimento Todos pela Educação. Temos um complexo muito sofisticado que interage as frações burguesas dominantes, as políticas de Estado e os meios operativos do Estado para viabilizar esta agenda educacional.

Os desdobramentos na educação se materializam no processo de alienação expressadas em diversas políticas públicas, tal como o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) articulado pelo movimento empresarial Todos pela Educação, registradas pela implementação das políticas dentro das escolas públicas, indicando assim a funcionalidade técnica e financeira empresarial, isto indica a coerção na estratégia de dominação do capital na esfera pública educacional, pela flexibilização da responsabilidade do Estado (Tuão; Lamosa, 2021).

Desta forma, o trabalho pedagógico encontra-se vinculado à pedagogia dos resultados, uma vez que a responsabilidade pedagógica produz o entendimento que o professor seja o culpado pelo fracasso. Produz-se, então, forçadamente, a ideologia que as escolas públicas estejam despreparadas numa perspectiva pedagógica, para em seguida propor a solução da mercantilização como saída.

Com base neste entendimento, que Andrade (2019) esclarece que defender o “Estado Mínimo e sua suposta eficiência” (p. 67) é abrir espaço para a iniciativa privada, pela relação das crises políticas, na ação de precarizar a educação. Esta dimensão do trabalho esclarece o sucateamento educacional frente à mercantilização como proposta de melhoria, seja num envolvimento de

Mercantilização e privatização da educação básica pública qualificação da estrutura avaliativa ou pedagógica das escolas, assim como na estruturação de materiais que auxiliem o professor em sala de aula.

Essa dinâmica impulsiona o desenvolvimento do capital por meio da mercantilização de produtos e serviços educacionais, evidenciando a forma como a classe dominante organiza as relações sociais em função da preservação de seus próprios interesses. Em outras palavras, trata-se de manter sua posição de poder e dominação sobre as classes subalternas. Assim, o capital financeiro não apenas aprofunda as desigualdades sociais no acesso à educação, mas também influencia diretamente a definição de que tipo de educação será oferecida a diferentes segmentos da sociedade.

Reitera-se que o estímulo às parcerias entre esses setores tem sido uma diretriz governamental desde o Plano Diretor para a Reforma da Administração e Aparelho do Estado em 1995. Essas orientações governamentais não apenas ampliaram o controle sobre as administrações públicas, especialmente as de nível local, mas também incentivaram tais esferas a buscarem apoio logístico e operacional na iniciativa privada para cumprir as suas responsabilidades, especialmente no que diz respeito às políticas sociais.

A privatização, incluindo mecanismos de terceirização, também desempenhou um papel importante nesse contexto, com a Emenda Constitucional (EC) nº 19/1998 e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) sendo instrumentos impulsionadores dessa tendência. Na área educacional, a EC nº 14/1996 e a LDBEN (Lei nº 9.394/96) consideraram o setor privado como portador das competências necessárias para a prestação de serviços públicos de qualidade, com o Estado assumindo a coordenação dessas atividades (Adrião *et al.*, 2012).

O estudo de Adrião *et al.* (2012) demonstra que as parcerias entre o setor público e o setor privado, investigadas no período de 1996 a 2006, ocorreram em municípios governados por diferentes partidos políticos, sendo que tais parcerias frequentemente envolviam instituições privadas do terceiro setor. A descentralização da Educação Básica, de acordo com as autoras, resulta em uma transferência de funções do setor público para o setor privado, com implicações para a democratização da educação, já que as consequências em longo prazo ainda não estão completamente compreendidas. Elas também mencionam a influência de novos filantropos e o setor empresarial privado no processo educacional.

## **Considerações finais**

Na década de 1990 as políticas neoliberais avançaram na perspectiva de expansão do setor privado na educação e, isto permanece, considerando algumas especificidades e diferenças, nos

governos subsequentes. O número de matrículas na educação básica no setor público, reflete no incentivo a parceria privada, distanciando a responsabilidade do Estado no compromisso com a educação.

Especificamente sobre o avanço dos materiais didáticos e dos sistemas privados de ensino que, como dito, visam o processo de acumulação, formação de um trabalhador para o capital e a formação político-ideológica deste trabalhador, pode-se afirmar que as escolas e os estudantes, apesar de certas especificidades, são igualmente impactados pelo movimento geral do capital e, especificamente, pelos grupos econômicos que atuam na educação.

Constata-se, portanto, a consolidação de políticas educacionais que favorecem a reprodução do capital, nesse caso, em particular, na perspectiva do avanço do setor privado na educação básica, bem como na educação básica pública. O avanço do capital financeirizado fortalece o processo de privatização da educação básica pública, por dentro, por meio também da inserção de materiais didáticos e sistemas privados de ensino.

Necessário destacar que as mudanças educacionais, promovidas por instituições privadas e articuladas com organizações educacionais globais, institucionalmente denominado de *think tanks*, têm como escopo promover a reorganização da educação, especialmente no que diz respeito ao currículo, à avaliação e à formação de professores, isto é, a cultura educacional como um todo.

Necessário destacar que o estudo não busca esgotar as análises sobre o processo de mercantilização da educação básica pública, pois apresenta um recorte na discussão sobre o envolvimento dos grupos empresariais na educação básica pública. No entanto, pretende contribuir para o entendimento de tal movimento na história da educação brasileira, no intuito de que essa lógica seja superada.

## Referências

ABEM. Grandes grupos econômicos controlam escolas para fomentar sua ideologia. **Associação Brasileira de Educadores Marxistas**. 2021. Disponível em: [www.abem.pro.br/noticias/grandes-grupos-economicos-controlam-escolas-para-fomentar-sua-ideologia](http://www.abem.pro.br/noticias/grandes-grupos-economicos-controlam-escolas-para-fomentar-sua-ideologia). Acesso em: 07 jul. 2021.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R.; ARELARO, L.. As Parcerias entre Prefeituras Paulistas e o Setor Privado na Política Educacional: expressão de simbiose? **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 533-549, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/DH4GmbFXWkQLKqckfNryBgc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2023.

ADRIÃO, T.; DAMASIO, A.; GALZERANO, L.S. A adoção de sistemas privados de ensino em escolas públicas de educação infantil: reflexões a partir do perfil dos professores. **Revista E-**

**curriculum**. São Paulo, v. 2, n. 11, p. 434-460, 2013. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/16616/12479>. Acesso em: 24 set. 2021.

ADRIÃO, T.M.F.; GARCIA, T.O.G.; BORGHI, R.F.; BERTAGNA, R.H.; PAIVA, G.B.; XIMENES, S.B. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educ. Soc.**, Campinas [online], vol. 37, n. 134, p. 113-131, 2016. ISSN 0101-7330. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302016157605>. Acesso em: 23 jun. 2019.

ANDRADE, C. A. M. Mercantilização da educação básica pública e sua relação com o PNE.

**Revista Mundo Livre**, Campo dos Goytacazes, v. 5, n. 1, p. 63-78, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/mundolivres/article/view/39977/23051>. Acesso em: 08 dez. 2021.

ARCO. Sobre nós. **Arco Educação**. 2021. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/6-grupos-empresariais-que-sacodem-o-setor-da-educacao-090055114.html>. Acesso em: 23 out. 2021.

BAHEMA. **Bahema Day**. 2020. Disponível em: <https://www.bahema.com.br/wp-content/uploads/sites/21/2020/04/BAHEMA-DAY-Apresentacao-1.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2021.

BALL, S.J.; YOUDELL, D. **Privatización encubierta em la educación pública**. Internacional de la Educación V Congreso Mundial. Instituto de Educación, Universidade de Londres, 2007.

Disponível em:

[https://www.joanmayans.com/privatizacion\\_encubierta\\_de\\_la\\_educacion\\_publica.pdf](https://www.joanmayans.com/privatizacion_encubierta_de_la_educacion_publica.pdf). Acesso em: 11 jul. 2022.

BARROSO, J.R.V. A ofensiva do capital contra o ensino. **Carta Capital**. 2018. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/educacaoartigo/a-ofensiva-do-capital-contra-o-ensino/>. Acesso em: 05 jun. 2019.

BRASIL. MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

**Censo Escolar da Educação Básica**. Brasília: Inep. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRASIL. MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

**Sinopse Estatísticas da Educação Básica: censo escolar 2003**. [Online]. Brasília: Inep, 2004.

Disponível em: [http://download.inep.gov.br/download/estatisticas/sinopse\\_estatisticas\\_2003/censo-miolo1-2003.pdf](http://download.inep.gov.br/download/estatisticas/sinopse_estatisticas_2003/censo-miolo1-2003.pdf). Acesso em: 21 jun. 2019.

COGNA. Sobre nós. **Cogna Educação**. 2021. Disponível em: <https://www.cogna.com.br/>. Acesso em 23 out. 2021.

COSTA, H.B.; GOMES, T.A.M.M. A migração dos grupos empresariais de capital aberto para a educação básica brasileira. In: IX Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís - MA, 2019.

**Anais...** Disponível em:

[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho\\_submissaoId\\_1562\\_15625cca250a93ece.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1562_15625cca250a93ece.pdf). Acesso em: 24 set. 2021.

CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL. Disponível em:  
<https://www.cruzeirodosuleducacional.com.br/>.

DEITOS, R.A. Políticas públicas e educação: aspectos teórico-ideológicos e socioeconômicos. **Acta Scientiarum Education**. Maringá, v. 32, n. 2, p. 209-218, 2010. Disponível em:  
<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/11869>. Acesso em: 07 mai. 2019.

DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. **Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a educação para o século XXI**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 1996. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por). Acessado em: 28 mai. 2019.

DURHAM, E. R. A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso: uma visão comparada. **Novos estudos CEBRAP** [online], , n. 88, p. 153-179, 2010. Disponível em:  
<https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000300009>. Acesso em: 15 set. 2019.

ENDEAVOR BRASIL. Private Equity: uma oportunidade para você crescer sua empresa. **ENDEAVOR**. 2021. Disponível em: <https://endeavor.org.br/dinheiro/private-equity/>. Acesso em: 23 ago. 2021.

FONTENELLI, A. Estado e fundo Público: ferramentas a serviço do capital. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**. v. 6, n. 10, p. 157-179, 2020. Disponível em:  
<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/9756>. Acesso em: 19 jun. 2021.

GODOY, A.S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 11 out. 2021.

G1. Grupo educacional SEB compra controle de operação global da Maple Bear. **G1**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/02/12/grupo-educacional-seb-compra-controle-da-operacao-global-da-maple-bear.ghtml>. Acesso em: 29 jul. 2021.

HARVEY, David. **Breve historia del neoliberalismo**. Akal. Translation edição. 2005.

JESUS, S.M.S.A. de. Educação do campo nos governos FHC e Lula da Silva: potencialidades e limites de acesso à educação no contexto do projeto neoliberal. **Educar em Revista**, UFPR : Curitiba, n. 55 p. 167-186, jan./mar. 2015. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/er/a/wGNMCyg58T6Dt8T8xRWFyWj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22 out. 2021.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. 1. ed. São Paulo : Boitempo, 2019.

LENIN, V.I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 3. ed. São Paulo : Centauro, 2003.

LIMA, E. S. Os impactos da BNCC nas políticas de educação do campo e nos projetos educativos das escolas famílias agrícolas. **Revista Espaço do Currículo**, v. 14, n. 2, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n2.58092>. Acessado em: 28 set. 2021.

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971.

MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

OBJETIVO. Grupo objetivo. **SOME**. 2021. Disponível em: <https://www.objetivo.br/some/>. Acesso em: 13 out. 2021.

PEARSON. Sobre nós. **Pearson**. 2021. Disponível em: <https://br.pearson.com/sobre-nos.html>. Acesso em: 13 out. 2021.

PIRES, M.F.C. O materialismo histórico-dialético e a educação. **Interface — Comunicação, Saúde, Educação**, v. 1, n. 1, p. 83-94, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/RCh4LmpxDzXrLk6wfr4dmSD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 11 out. 2021.

PERONI, Vera M. V. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação. In: Reunião Científica da ANPED, XI ANPED SUL. **Anais...** 2016. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Confer%C3%A2ncia-de-Abertura-Vera-Peroni.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

POSITIVO. Aprende Brasil. **Grupo Positivo**. 2021. Disponível em: <https://sistemaaprendebrasil.com.br/>. Acesso em: 13 out. 2021.

RIBEIRO, Marcos V.P.; NUNES, Sidemar P.; TURMENA, Leandro. Capital financeiro na educação básica brasileira: grupos econômicos e implicações à educação do campo. In: FREITAS, Luiz C. [et al.]. **Imperialismo, questão agrária e educação**. – Passo Fundo : Acervus Editora, 2021. p. 283-307. Disponível em: <https://www.acervuseditora.com.br/imperialismo-questao-agraria-educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 17 jul. 2022.

SANTILLANA. Soluções. **Santillana**. 2022. Disponível em: <https://www.santillana.com.br/nossas-solucoes>. Acesso em: 03 out. 2022.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 4 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

SETTI, R. Grupos empresariais vão às compras de escolas da educação básica. **O Globo Economia**. O GLOBO. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/grupos-empresariais-vaao-compras-de-escolas-de-educacao-basica-1-24986648>. Acesso em: 22 out. 2021.

SILVA, I.B.G. O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. **Ciclo Revista: Vivências em Ensino e Formação (ISSN 2526-8082)**, [S.I.], v. 1, n. 2, p. 1-5. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ifgoiano.edu.br/ciclo/article/view/225>. Acesso em: 07 mai. 2019.

SOMOS EDUCAÇÃO. Quem somos. **Grupo Somos Educação**. 2021. Disponível em: <https://www.somoseducacao.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 13 out. 2021.

TRICONTINENTAL. Cartilha A educação Brasileira na Bolsa de Valores: as oito empresas privadas de capital aberto que atuam no setor educacional. **The Tricontinental**. Out. 2020.

Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/cartilha-a-educacao-brasileira-na-bolsa-de-valores/>.

TUÃO, R. S.; LAMOSA, R. A. C. A agenda do capital financeiro para a educação da América Latina em tempos de pandemia. **Vértices** (Campos dos Goitacazes), v. 23, n. 3, p. 756-772, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6257/625768377010/625768377010.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2021.

VAZQUEZ, J. P. P. Grupos económicos y fracciones de clase: el capital financiero en cuestión. **Estudios Sociales Contemporáneos**, n. 20, p. 65-81, 11 jun. 2019. Disponível em: <http://revistas.uncuyo.edu.ar/ojs3/index.php/estudiosocontemp/article/view/1932>. Acesso em: 21 jun. 2021.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 17/09/2024  
Aprovado em: 08/07/2025